



RELATÓRIO INVESTIMENTOS TRIMESTRAL



Vista aérea Alphaville



IPRESB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Informações sobre o Instituto	3
-------------------------------	---

CENÁRIO MACROECONÔMICO

EUA	5
Europa	9
China	14
Nacional	18

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Comentário da Gestão de Investimentos	23
Informações de Nosso Portfólio	27

INFORMAÇÕES SOBRE O INSTITUTO

Objetivo: Pagar aposentadoria as servidoras e servidores titulares de cargo efetivo do município de Barueri e pensão por morte aos seus dependentes na forma da lei.

Modelo de gestão: Própria com um Comitê de Investimentos deliberativo.

Adesão ao Pró-gestão: Nível III.

Taxa de administração: Uma taxa de até 2,0% sobre a base de contribuições dos servidores ativos.

Meta atuarial para o trimestre: IPCA + 1,42%.

Performance do portfolio no ano: IPCA+0,73%.

Patrimônio líquido: R\$4,427Bi

Presidente do Instituto: Weber Seragini

Servidores do IPRESB que compõem a diretoria de Investimentos e Atuária:

Eliezer Antônio da Silva – Gestor de Investimentos e Atuária

Rogério da Silva Guedes – Gerente de Investimentos e Atuária

Bruno Paiva de O. P. Silva – Analista Previdenciário – Atuário

Eduardo A. C. B. Cordeiro – Analista Previdenciário – Economista

Comitê de Investimentos

Eliezer Antônio da Silva – Presidente do Comitê

Diego Stefani – Membro do Comitê

Erick Marinho da Silva – Membro do Comitê

Laís Alencar Bernardes – Membro do Comitê

Raimundo Nonato de Carvalho Jr. – Membro do Comitê



Boston - EUA

CENÁRIO MACROECONOMICO INTERNACIONAL - EUA

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUA

Inflação

A inflação nos Estados Unidos durante o primeiro trimestre de 2026 foi marcada por uma dualidade significativa: um início de ano com sinais de desinflação e um encerramento trimestral sob forte pressão de choques externos. Em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) registrou variação de 0,17%, levando o acumulado de doze meses para 2,39%. O núcleo do CPI (core), que exclui itens voláteis como alimentos e energia, subiu 0,30%, mantendo a taxa anual em 2,50%. No mesmo período, o Índice de Preços ao Produtor (PPI) já indicava pressões residuais ao subir 0,5% no índice cheio, com seu núcleo avançando 0,8%. Já o PCE (Índice de Preços de Gastos com Consumo Pessoal), indicador preferido do Fed, mostrou um índice cheio de 2,83% e um núcleo (core) de 3,06% em doze meses.

Em fevereiro, o cenário manteve certa estabilidade qualitativa, embora o PPI cheio tenha surpreendido negativamente ao acelerar para 3,4% anuais, evidenciando o impacto de tarifas de importação e custos de insumos. O CPI mensal foi de 0,27%, elevando o acumulado anual para 2,41%, enquanto o seu núcleo registrou alta de 0,22%. Pelo lado do consumo, o PCE cheio desacelerou ligeiramente para 2,80% ao ano, com o núcleo do PCE recuando de 3,05% para 2,97%. Contudo, as taxas mensais de 0,38% (índice cheio) e 0,37% (núcleo) continuavam incompatíveis com a meta de longo prazo de 2,0%.

O mês de março consolidou uma reviravolta causada pela intensificação do conflito no Oriente Médio, que elevou o preço do barril de petróleo Brent. O CPI cheio disparou 0,87% no mês, impulsionado por um avanço de 10,9% no grupo de energia, o que fez a inflação acumulada saltar para 3,3%. Apesar do salto no índice geral, o núcleo do CPI demonstrou resiliência ao subir apenas 0,20% mensalmente (2,60% anual), indicando que o choque energético ainda não havia contaminado plenamente os demais setores da economia. O PPI de março também seguiu trajetória de alta, refletindo custos de produção elevados.

Diante desse panorama, o Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo de 3,50% a 3,75%, adotando uma postura de extrema cautela. A autoridade monetária sinalizou que o processo de desinflação tornou-se mais incerto devido aos riscos de efeitos secundários do petróleo sobre o núcleo dos preços e a uma atividade econômica que permanece resiliente, postergando a expectativa de cortes de juros para o final do ano.



CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUA

Juros

No primeiro trimestre de 2026, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa de juros (Fed Funds rate) inalterada no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano. Nas reuniões de janeiro e março, a autoridade monetária adotou uma postura cautelosa, baseada na resiliência da atividade econômica e em uma inflação que permanece acima da meta de 2,0%. As decisões não foram unânimes, com votos dissidentes defendendo cortes imediatos de 25 pontos-base no período.

O cenário tornou-se mais complexo com a intensificação do conflito no Oriente Médio, que elevou os preços do petróleo e reintroduziu pressões altistas sobre as projeções inflacionárias. Diante disso, o presidente Jerome Powell reforçou a estratégia de wait and see, condicionando o início da flexibilização à continuidade do processo de desinflação no segundo semestre. As projeções do FOMC sofreram revisões altistas para o PIB e a inflação PCE em 2026, enquanto o "gráfico de pontos" revelou um comitê dividido sobre o espaço para afrouxamento. Assim, o mercado postergou a expectativa de queda dos juros para o último quadrimestre de 2026.

Bolsa de Valores

O primeiro trimestre de 2026 para os mercados acionários norte-americanos foi caracterizado por uma elevada volatilidade, ditada por resultados corporativos e choques geopolíticos. Inicialmente, o otimismo em torno dos investimentos em Inteligência Artificial (IA) e tecnologia sustentou o apetite por risco. O S&P 500 iniciou janeiro com leve alta mensal de 1,28%, refletindo a expectativa de uma economia resiliente apesar dos juros elevados.

Contudo, o cenário tornou-se turbulento entre fevereiro e março. As bolsas reagiram negativamente à divulgação de dados de inflação acima do esperado e à desaceleração do PIB no quarto trimestre de 2025, impactado pelo shutdown governamental. A Nasdaq e o Dow Jones acompanharam esse movimento de cautela, enquanto o setor financeiro, impulsionado por lucros robustos de instituições como BofA e Morgan Stanley, buscou sustentar as cotações.

A partir de março, a intensificação do conflito no Oriente Médio provocou um movimento global de aversão ao risco (risk-off). A incerteza geopolítica, somada à postura conservadora do Federal Reserve em manter as taxas de juros, pressionou os ativos de renda variável. Ao final do trimestre, o S&P 500 situava-se em patamares próximos a 6.423 pontos, refletindo uma correção acumulada no período. Apesar da pressão, as grandes empresas de tecnologia permaneceram como foco central devido às expectativas de ganhos estruturais com a inovação digital.

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUA

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no quarto trimestre de 2025 registrou uma expansão anualizada de 0,5%, conforme a terceira estimativa oficial. O resultado representou uma forte desaceleração frente aos 4,4% observados no trimestre anterior, refletindo os impactos deletérios do shutdown governamental ocorrido entre outubro e novembro. No acumulado total de 2025, a economia americana apresentou um crescimento de 2,2%.

Os principais motores positivos do período foram o consumo das famílias, que avançou 2,4% na métrica anualizada, e o investimento privado, com alta de 3,8%. O consumo de serviços permaneceu robusto (+3,4%), contrastando com a leve contração no consumo de bens, que sentiu os efeitos das tarifas de importação.

Em contrapartida, os gastos do governo federal atuaram como o principal detrator, despencando 16,6% devido à paralisação parcial da máquina pública. O setor externo também pesou negativamente, com as exportações recuando 0,9%. Apesar do desempenho econômico fraco no fechamento do ano, a resiliência do consumo, sustentada pelo uso do crédito, evitou uma estagnação completa, fornecendo um indicativo de recuperação para a atividade econômica em 2026.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho nos Estados Unidos durante o primeiro trimestre de 2026 exibiu um comportamento volátil, caracterizado por sinais mistos de resiliência e moderação gradual. O período começou com força em janeiro, quando a criação líquida de 130 mil vagas (payroll) dobrou as expectativas do mercado, derrubando a taxa de desemprego para 4,3%. No entanto, o mês de fevereiro registrou uma deterioração abrupta com a destruição líquida de 92 mil postos de trabalho, resultado influenciado por greves nos setores de educação e saúde, além de condições climáticas adversas.

A recuperação consolidou-se em março, com a geração surpreendente de 178 mil empregos, impulsionada pelo setor privado e sinalizando a reaceleração da atividade econômica. Esse movimento trouxe a taxa de desocupação de volta para o patamar de 4,3%. Paralelamente, o rendimento médio real por hora manteve-se resiliente, com altas mensais de 0,41% em janeiro e 0,40% em fevereiro, embora tenha desacelerado para 0,24% em março.

Os indicadores de demanda, como o relatório JOLTS, reforçaram o cenário de arrefecimento ao registrarem 6,88 milhões de vagas abertas em fevereiro, o nível mais baixo desde dezembro de 2020. No encerramento do trimestre, o mercado de trabalho operava em níveis próximos à taxa natural de desemprego (4,4%), o que mitigou parte da pressão sobre o mandato dual do Federal Reserve. Diante dessa estabilização e dos riscos inflacionários derivados do choque no petróleo, a autoridade monetária manteve os juros inalterados, condicionando futuros cortes à continuidade da desinflação no segundo semestre.



Frankfurt - Alemanha

CENÁRIO MACROECONOMICO INTERNACIONAL EUROPA

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUROPA

Inflação

A inflação na Zona do Euro e no Reino Unido durante o primeiro trimestre de 2026 apresentou uma trajetória marcada por um alívio inicial, seguido por fortes pressões decorrentes de choques geopolíticos globais.

Na Zona do Euro, o ano começou com sinais de desaceleração. Em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor (HICP) avançou 1,7% em doze meses, favorecido pela apreciação do euro e por mudanças metodológicas no cálculo estatístico. No entanto, essa tendência foi revertida ao longo do trimestre. Em fevereiro, o índice subiu para 1,9% e, em março, o resultado preliminar saltou para 2,5%. O núcleo da inflação (Core HICP) também mostrou volatilidade, situando-se em 2,1% ao final do período. Esse repique refletiu o choque nos preços de energia (petróleo e gás natural) causado pela intensificação do conflito no Oriente Médio. O Banco Central Europeu (BCE) revisou sua projeção inflacionária para 2026 de 1,9% para 2,6%, alertando que o impacto do gás natural é crítico devido à dependência europeia de fornecedores do Golfo Pérsico.

No Reino Unido, os preços mantiveram-se em patamares elevados. Em fevereiro, a inflação medida pelo CPIH registrou 3,2% no acumulado de doze meses, repetindo a taxa do mês anterior. Embora o Banco da Inglaterra (BoE) tenha cortado sua projeção anual para 2,1% em fevereiro, o agravamento das tensões globais em março forçou a instituição a reconhecer riscos altistas imediatos. O Comitê de Política Monetária (MPC), que antes apresentava dissidências, tornou-se unânime em março ao manter os juros em 3,75% diante da alta das commodities.

Em ambas as regiões, as cadeias produtivas começaram a sentir atrasos e aumento nos custos de insumos, o que ameaça o cenário de desinflação projetado para os próximos anos. Esse ambiente de incerteza levou os bancos centrais a adotarem uma postura de vigilância rigorosa, postergando flexibilizações monetárias para evitar a desancoragem das expectativas.



CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUROPA

Juros

No primeiro trimestre de 2026, os bancos centrais da Europa adotaram uma postura de extrema cautela diante da intensificação do conflito no Oriente Médio. Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) manteve, em março, as três taxas de juros de referência inalteradas: 2,00% (depósitos), 2,15% (refinanciamento) e 2,40% (empréstimos) ao ano. Embora a inflação tenha recuado para 1,7% em janeiro, o choque nos preços de energia elevou o índice preliminar de março para 2,5%. Esse cenário forçou o BCE a revisar sua projeção inflacionária para 2,6% em 2026, fechando a janela anterior que permitia cortes iminentes. Analistas alertam que o prolongamento do conflito poderá até forçar a autoridade a retomar o ciclo de alta para evitar a desancoragem das expectativas.

No Reino Unido, o Banco da Inglaterra (BoE) manteve a Bank Rate em 3,75% ao ano. A decisão de março marcou uma mudança qualitativa importante: após reuniões marcadas por dissidências (placar de 5 a 4 em fevereiro), o Comitê de Política Monetária (MPC) votou de forma unânime pela manutenção. O BoE reconheceu que o salto nas commodities energéticas acelerará a inflação no curto prazo e deve enfraquecer o PIB, cuja projeção para 2026 foi reduzida para 0,9%. Ambas as regiões operam agora em regime de vigilância rigorosa, postergando afrouxamentos para o final do ano e priorizando a estabilidade de preços perante a nova volatilidade geopolítica global.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro e do Reino Unido no quarto trimestre de 2025 apresentou um desempenho de resiliência moderada, superando as expectativas iniciais diante de um cenário global de incertezas. Na Zona do Euro, a economia surpreendeu positivamente com uma expansão de 0,3% em relação ao terceiro trimestre. Esse resultado elevou o crescimento acumulado no ano de 2025 para 1,5%. O dinamismo foi sustentado primordialmente pela demanda interna, abrangendo tanto o consumo das famílias quanto os investimentos. Entre as principais economias do bloco, a Alemanha acelerou para 0,3% no trimestre, após um período de estagnação, enquanto a França registrou desaceleração, passando de 0,5% para 0,2%. Apesar das persistentes tensões comerciais e geopolíticas, a atividade doméstica na região manteve-se resiliente no encerramento do ano. No Reino Unido, o ritmo de crescimento foi mais modesto, registrando uma variação de 0,1% na comparação trimestral. Esse desempenho representou a manutenção do ritmo observado no trimestre anterior, sinalizando uma estabilização em patamares contidos. O cenário britânico ao final de 2025 foi acompanhado por uma taxa de desemprego de 5,2% e indícios de arrefecimento da atividade econômica.

Em síntese, embora as duas regiões tenham evitado uma recessão técnica, a Zona do Euro demonstrou um vigor superior ao britânico no fechamento de 2025. Contudo, analistas alertam para o risco de estagflação no bloco europeu devido aos choques nos preços de energia e custos industriais.

CENÁRIO MACROECONOMICO INTERNACIONAL - EUROPA

Bolsas Europeias

As principais bolsas europeias encerraram o primeiro trimestre de 2026 com resultados positivos, embora o período tenha sido marcado por uma transição abrupta entre o otimismo inicial e a cautela geopolítica global. No começo do ano, os mercados acionários foram impulsionados pela convergência da inflação para patamares próximos da meta de 2,0%, o que alimentou expectativas de cortes nas taxas de juros no curto prazo. Contudo, a intensificação inesperada do conflito armado no Oriente Médio provocou um severo choque nos preços de energia que interrompeu essa dinâmica favorável.

Dentro desse contexto de volatilidade, as bolsas fecharam o trimestre em terreno positivo. A Itália (FTSE MIB/IT40) liderou os ganhos com uma valorização de 1,47%. O índice da Espanha (IBEX 35/ES35) avançou 1,46%, seguido de perto pela Alemanha (DAX/DE40), que registrou alta de 1,36%. A França (CAC 40/FR40) apresentou alta de 1,19%, ao passo que o Reino Unido (FTSE 100/GB100) obteve o resultado mais modesto da região, com elevação de apenas 0,25%.

Setorialmente, as empresas de energia sustentaram o índice consolidado, beneficiando-se da disparada do petróleo Brent para níveis próximos de US\$ 100. Por outro lado, as companhias industriais enfrentaram a máxima histórica de custos de insumos em três anos. Esse ambiente levou o Banco Central Europeu a revisar sua projeção de crescimento do PIB regional para apenas 0,9% em 2026, elevando simultaneamente a expectativa de inflação anual para 2,6%.

Adicionalmente, ameaças de retaliações tarifárias dos EUA devido à disputa comercial pela Groenlândia pressionaram o mercado alemão. Embora a ratificação de acordos com o Mercosul e a Índia em janeiro tenha oferecido um suporte marginal à atividade, o trimestre terminou com um movimento global de risk-off, forçando os bancos centrais a manterem posturas vigilantes e restritivas.



CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - EUROPA

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho na Zona do Euro e no Reino Unido apresentou dinâmicas distintas entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026. Na Zona do Euro, os indicadores sinalizaram resiliência apesar do cenário de baixo crescimento econômico esperado para o ano. A taxa de desemprego no bloco registrou 6,3% em dezembro, recuando gradualmente para 6,2% em janeiro e consolidando-se em 6,1% em fevereiro de 2026. O Banco Central Europeu monitora o setor de perto, equilibrando a necessidade de sustentar a ocupação com o combate ao risco de estagflação acentuado pelo choque energético derivado dos conflitos no Oriente Médio. No início de 2026, a atividade na região mostrou sinais incipientes de recuperação, com os PMIs de serviços e indústria apresentando leve expansão em fevereiro.

No Reino Unido, os dados oficiais do trimestre móvel encerrado em janeiro de 2026 revelaram uma deterioração mais acentuada. A taxa de desemprego situou-se em 5,2%, o que representa um avanço expressivo de 0,8 ponto percentual na comparação interanual. Já a taxa de emprego para a população de 16 a 64 anos fixou-se em 75,1% no mesmo período. O Banco da Inglaterra indicou que um enfraquecimento adicional no mercado de trabalho pode influenciar o ritmo de flexibilização monetária, embora a autoridade permaneça cautelosa diante da inflação ainda acima da meta. Analistas projetam que a economia britânica crescerá apenas 0,9% em 2026, mantendo o mercado de trabalho sob vigilância rigorosa.





Xangai - China

CENÁRIO MACROECONOMICO INTERNACIONAL CHINA

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - CHINA

Inflação

A inflação na China durante o primeiro trimestre de 2026 foi caracterizada por uma persistente dinâmica deflacionária, impulsionada por fraquezas estruturais domésticas e choques de custos exógenos ao final do período. No início do trimestre, o país enfrentava um cenário de demanda interna fragilizada, crise imobiliária e elevado excesso de capacidade produtiva, o que manteve os preços globais sob pressão desinflacionária. Em fevereiro, o Índice de Preços ao Produtor (PPI) registrava uma queda interanual de 1,6%, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) apresentava uma modesta variação de 0,3%.

Entretanto, o mês de março consolidou uma mudança pontual de tendência provocada pela escalada das tensões geopolíticas. O PPI avançou 0,5% mensalmente, revertendo a trajetória de deflação dos meses anteriores, impulsionado pela alta nos preços de petróleo e derivados. Analistas alertam, contudo, que essa recuperação é predominantemente exógena e não sinaliza um fortalecimento real do consumo interno. Paralelamente, o CPI de março desacelerou para 1,0% na comparação interanual, ante 1,3% em fevereiro, refletindo a queda nos preços dos alimentos, que compensou a pressão energética.

Este ambiente decorre do descasamento entre oferta e demanda, agravado pela "competição desordenada" entre firmas chinesas. Com estímulos governamentais contidos, a China permaneceu como um vetor central de "exportação de deflação" de bens industriais para o mundo, contribuindo para o alívio inflacionário em economias emergentes, como o Brasil, ao longo de todo o primeiro trimestre.

Juros

No primeiro trimestre de 2026, a política monetária da China manteve uma postura moderadamente expansionista, caracterizada pela cautela e pelo pragmatismo diante de desafios estruturais. O Banco Popular da China (PBOC) evitou estímulos agressivos, optando por cortes de juros graduais e seletivos, estritamente condicionados a sinais claros de enfraquecimento econômico.

Essa estratégia reflete a prioridade de estabilizar a economia sem comprometer a estabilidade financeira de longo prazo. Embora a demanda interna permaneça frágil e o setor imobiliário continue em ajuste, a autoridade monetária preservou espaço para manobras futuras. O governo focou na "calibragem" da política, direcionando crédito para inovação tecnológica e modernização industrial em vez de consumo massivo.

O ambiente de inflação persistentemente baixa e riscos deflacionários permitiu a manutenção de taxas reduzidas, mas a resiliência das exportações e da produção industrial no bimestre inicial desencorajou medidas mais drásticas. Analistas destacam que Pequim buscou o equilíbrio entre suporte à atividade e prevenção contra desequilíbrios de oferta, mantendo os juros em patamares que não alimentassem a "competição desordenada" por preços. Assim, o PBOC preservou sua capacidade de resposta futura.

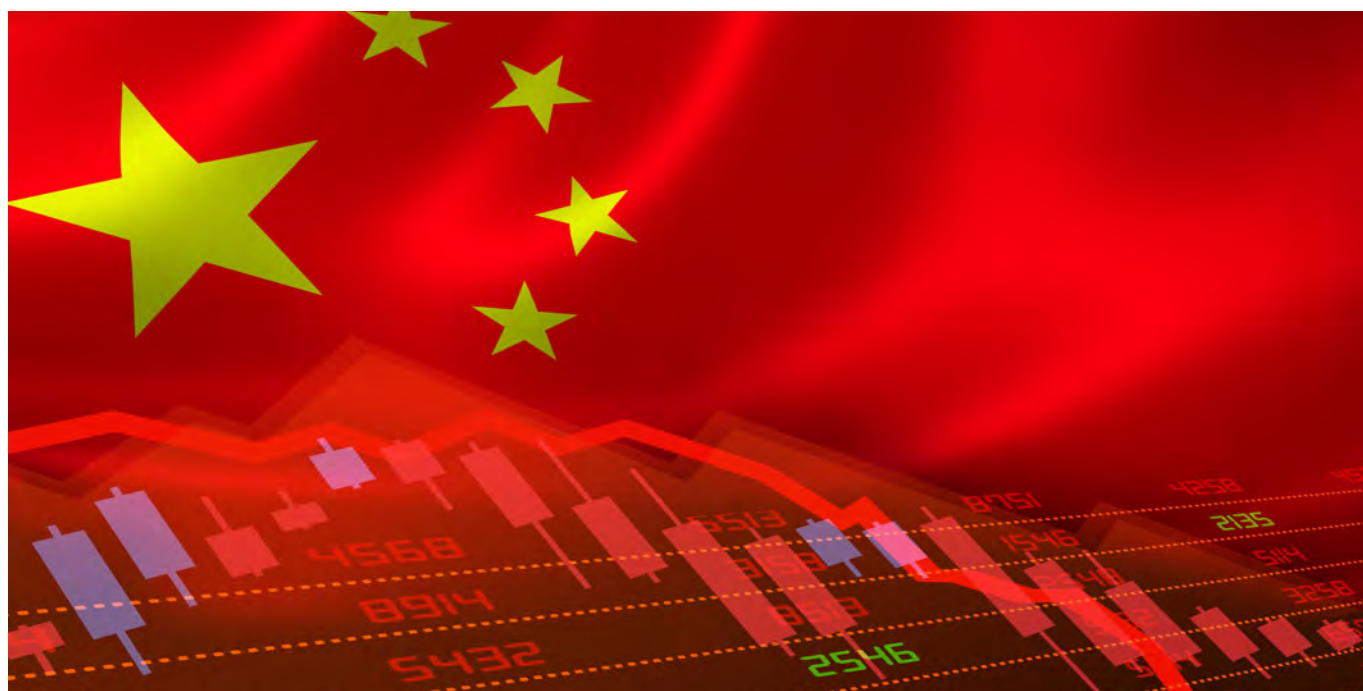
CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - CHINA

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) da China no primeiro trimestre de 2026 cresceu 1,3% em relação ao trimestre anterior, superando o avanço de 1,2% registrado no quarto trimestre de 2025. Este resultado, que veio em linha com as expectativas do mercado, marcou a expansão trimestral mais forte desde o final de 2024, sustentada pelo suporte contínuo das políticas governamentais de Pequim. Para o consolidado do ano, as autoridades chinesas estabeleceram uma meta oficial de crescimento entre 4,5% e 5,0%, refletindo uma postura pragmática diante de um cenário global adverso e da continuidade da crise doméstica.

Contudo, a agência oficial de estatísticas emitiu um alerta sobre um desequilíbrio "agudo" entre a "forte oferta e a fraca demanda", observando que o ambiente externo está se tornando crescentemente complexo e volátil. No plano doméstico, o setor imobiliário permanece como a principal vulnerabilidade, exibindo quedas em vendas e lançamentos, o que indica que seu ajuste estrutural ainda está em curso. Em contrapartida, a atividade foi sustentada pela resiliência das exportações, que saltaram 21,8% no primeiro bimestre do ano, impulsionadas pela demanda por componentes tecnológicos ligados à inteligência artificial.

Em termos de política fiscal, o governo fixou uma meta de déficit orçamentário de cerca de 4% do PIB para este ano e planeja realizar emissões consideráveis de títulos para ajudar a sustentar o crescimento econômico. Paralelamente, o banco central chinês sinalizou que manterá uma orientação monetária acomodatória, embora a margem para cortes agressivos nas taxas de juros permaneça limitada pela inflação em ascensão. Economistas preveem atualmente um corte de 20 pontos-base no compulsório bancário no terceiro trimestre para reforçar a liquidez do sistema. Espera-se que o Politburo se reúna ainda este mês para revisar as perspectivas econômicas e definir os rumos da política econômica nacional.



CENÁRIO MACROECONOMÔNICO INTERNACIONAL - CHINA

Mercado Imobiliário

O mercado imobiliário da China no primeiro trimestre de 2026 manteve-se como a principal vulnerabilidade estrutural da segunda maior economia do mundo. Os indicadores do período reforçam que a estabilização do setor permanece incompleta, consolidando-se como o maior foco de fragilidade doméstica. Dados do início do ano revelam que as vendas de imóveis recuaram 13,5% na comparação interanual, enquanto os novos lançamentos sofreram uma queda de 23,1%.

Essa dinâmica negativa é reflexo de um ajuste prolongado que vem ocorrendo desde meados de 2022. No encerramento de 2025, o setor já apresentava retrações expressivas, impactando negativamente o investimento em ativos fixos, que registrou queda acentuada especificamente devido à contração imobiliária. Diante desse cenário, o governo chinês, durante o Congresso Nacional do Povo ocorrido no primeiro trimestre, reiterou a intenção de estabilizar o mercado para evitar uma contração desordenada.

Contudo, as autoridades evitaram a implementação de estímulos agressivos ou reformas estruturais de grande impacto imediato, priorizando investimentos em inovação tecnológica e autossuficiência produtiva. A persistência da crise imobiliária continua deprimindo a confiança dos agentes privados e enfraquecendo a demanda interna, tornando a expansão econômica dependente das exportações de manufaturados. Analistas projetam que esse ajuste contínuo servirá como um freio relevante para a atividade econômica chinesa em 2026, mantendo os preços imobiliários sob pressão e limitando a recuperação do consumo das famílias.

Bolsas Asiáticas

As principais bolsas asiáticas apresentaram um desempenho de forte recuperação no primeiro trimestre de 2026. No Japão, o índice Nikkei 225 viveu um início de ano histórico, atingindo o marco de 52.000 pontos ainda no período. O rali foi sustentado por lucros corporativos robustos, demanda por semicondutores e otimismo com a Inteligência Artificial (IA). Além disso, o sentimento dos investidores foi impulsionado pela redução das expectativas de altas agressivas de juros pelo Banco do Japão em fevereiro.

Na China, o Shanghai Composite exibiu firme recuperação, retornando a níveis do início de 2022. O principal catalisador foi o crescimento do PIB de 5,0% (A/A) no primeiro trimestre, que superou as projeções. O índice foi beneficiado pela produção industrial sólida e pelo desempenho de setores tecnológicos, como chips e baterias automotivas, a exemplo da CATL. Embora a fragilidade das vendas no varejo tenha permanecido como ponto de atenção, o ambiente regional foi favorecido pela redução de riscos geopolíticos e pelo dinamismo das exportações. Ao final de março, o mercado consolidou o otimismo com a retomada chinesa, contrastando com as pressões deflacionárias de 2025.



CENÁRIO MACROECONOMICO NACIONAL

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO NACIONAL

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encerrou o quarto trimestre de 2025 com uma leve expansão de 0,1% em relação ao período anterior, consolidando um crescimento anual de 2,3%. Na comparação interanual contra o quarto trimestre de 2024, a economia avançou 1,8%.

Apesar do resultado positivo no índice cheio, a composição qualitativa revela sinais de arrefecimento na demanda doméstica. Pela ótica da oferta, os serviços (+0,8%) e a agropecuária (+0,5%) sustentaram a atividade, enquanto a indústria recuou 0,7% no trimestre. No acumulado do ano, a agropecuária destacou-se com uma forte alta de 11,7%.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias ficou estagnado (0,0%) e o investimento (FBKF) registrou uma queda expressiva de 3,5%. Em contrapartida, o consumo do governo (+1,0%) e as exportações (+3,7%) evitaram um resultado negativo. Esse desempenho reflete os efeitos da política monetária restritiva, com a Selic em 15%, aliada ao elevado endividamento das famílias. O cenário indica uma desaceleração gradual para 2026.

Inflação

A inflação no primeiro trimestre de 2026 apresentou uma trajetória de aceleração e surpresas altistas. O IPCA registrou variações mensais de 0,33% em janeiro, 0,70% em fevereiro e 0,88% em março. Com esses resultados, o índice acumulado em doze meses, que havia recuado para 3,81% em fevereiro, voltou a subir, atingindo 4,14% ao final de março.

Os principais vetores dessa pressão foram o choque nos preços do petróleo, decorrente da intensificação do conflito no Oriente Médio, e a persistente resiliência da inflação de serviços. A alta do Brent impactou diretamente os combustíveis e o frete, enquanto o mercado de trabalho aquecido sustentou a inércia nos serviços. Adicionalmente, o grupo de alimentação voltou a pressionar o índice em março, com destaque para a carne bovina.

Diante deste cenário desafiador, o mercado financeiro elevou as projeções para o IPCA de 2026 para 4,71%. O balanço de riscos permanece assimétrico para cima, influenciado por incertezas geopolíticas e fiscais. Apesar da deterioração na margem, o Copom iniciou um ciclo de flexibilização monetária em março, reduzindo a Selic para 14,75%, mas reforçando uma postura de extrema prudência.

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO NACIONAL

Juros

No primeiro trimestre de 2026, a política monetária brasileira foi pautada pela cautela devido ao cenário externo desafiador. Na reunião de janeiro, o Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, mas antecipou o início da flexibilização para o encontro seguinte. Conforme sinalizado, em março, a autoridade monetária reduziu a taxa em 25 pontos-base, fixando-a em 14,75% ao ano. Esse ajuste mais conservador refletiu o choque nos preços do petróleo causado pela intensificação do conflito no Oriente Médio. O Comitê reforçou uma postura de extrema prudência, retirando o forward guidance em razão da alta incerteza inflacionária. As projeções atuais do mercado indicam que a Selic encerrará o ano em 12,50%.



Câmbio

O mercado de câmbio brasileiro no primeiro trimestre de 2026 foi marcado por dois momentos distintos. Inicialmente, o real apresentou uma trajetória de valorização, sustentado pelo elevado diferencial de juros domésticos e fluxos internacionais para países emergentes. O dólar médio recuou de R\$ 5,33 em janeiro para patamares próximos a R\$ 5,20 em fevereiro. Esse movimento foi favorecido por um cenário de carry-to-vol atrativo e pelo enfraquecimento global da moeda americana naquele período.

Entretanto, a janela de apreciação se fechou em março devido à intensificação dos conflitos armados no Oriente Médio. A escalada de tensões envolvendo EUA, Israel e Irã provocou um movimento global de risk-off, fortalecendo o dólar (DXY) e elevando a volatilidade dos ativos. O choque nos preços do petróleo, que saltou de US\$ 72 para níveis próximos a US\$ 100 o barril, reintroduziu riscos inflacionários e interrompeu o alívio cambial. Ao final do trimestre, o dólar comercial operava em R\$ 5,24. Diante deste cenário, o Relatório Focus revisou a projeção para 2026 para R\$ 5,37, enquanto analistas alertam para maior instabilidade cambial no segundo semestre devido às vulnerabilidades fiscais e ao ciclo eleitoral.

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO NACIONAL

Ibovespa

O Ibovespa encerrou o primeiro trimestre de 2026 com um desempenho excepcional, impulsionado pelo otimismo com o início do ciclo de corte de juros e pela forte entrada de capital estrangeiro. O índice saltou de 176.193 pontos em janeiro para patamares recordes de 198.657 pontos em abril. A valorização acumulada no período foi sustentada pela redução da Selic para 14,75% e por preços atrativos de ativos domésticos.

Nas principais altas do período, destacaram-se papéis como Cognitum (COGN3), com ganho de 5,11%, e Localiza (RENT4 e RENT3), favorecida pela melhora nas expectativas de consumo. Gigantes como Petrobras (PETR4) e Itaú (ITUB4) mantiveram a liderança em valor de mercado. Em contrapartida, as principais baixas incluíram Prio (PRIO3), com recuo de 3,07%, Porto Seguro (PSSA3) e Braskem (BRKM5). A volatilidade internacional e o choque no petróleo impactaram setores específicos, mas não impediram o rali do mercado acionário no semestre "binário". Analistas projetam que o crescimento de lucros corporativos continuará apoiando a bolsa.



9.150,05	AMAR3	0,34%	25,89	BOVA11	0,05%	119,87
781,21	ARZZ3	1,57%	8,36	BPAN4	0,08%	12,4
245,62	ATOM3	-0,43%	97,73	BRAP3	-0,88%	23
93,89	AURA33	-0,15%	6,44	BRAP4	0,58%	1,4
3,13	AVLL3	0,00%	63,00	BRBI11	0,43%	1,4
81	AZUL4	-0,06%	30,98	BRDT3	0,29%	1,4
4	B3SA3	1,52%	39,87	BRFS3	0,21%	1,4
	BAZA3	-1,46%	16,17	BRKM5	2,21%	1,4
		-0,50%	39,30	BRML3	1,4	1,4

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho brasileiro no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2026 demonstrou elevada resiliência, apesar de sinais de moderação gradual. A taxa de desocupação situou-se em 5,8%, representando uma queda expressiva de 1,0 p.p. na comparação interanual contra o mesmo período de 2025. Além disso, a força de trabalho registrou estabilidade, indicando que a dinâmica favorável reflete a contínua absorção de mão de obra pela economia. Apesar da elevação sazonal observada na margem, o indicador permanece em patamares historicamente baixos para o período.

A população ocupada continuou em níveis recordes, alcançando 102,3 milhões de pessoas, sustentada pela expansão do emprego formal. Pela ótica do Caged, registrou-se criação sólida de vagas no bimestre, com destaque para a geração líquida de 255,3 mil postos apenas em fevereiro, impulsionada pelo setor de serviços. No campo dos rendimentos, o rendimento médio real atingiu recordes históricos, situando-se em R\$ 3.679, acompanhado por um avanço robusto da massa salarial. Analistas projetam um ajuste lento e ordenado, mantendo a taxa média de desemprego anual em 6,1%.

CENÁRIO MACROECONOMÔNICO NACIONAL

Comércio Exterior

O Comércio Exterior brasileiro no primeiro trimestre de 2026 alcançou resultados recordes, demonstrando a robustez do setor externo. De janeiro a março, as exportações somaram US\$ 82,3 bilhões, crescendo 7,1%. As importações totalizaram US\$ 68,2 bilhões, resultando em um superávit comercial de US\$ 14,2 bilhões, um avanço de 47,6%. A corrente de comércio (exportações + importações) atingiu a marca histórica de US\$ 150,5 bilhões.

No âmbito setorial, a Indústria Extrativa liderou o crescimento das exportações com alta de 22,6%, impulsionada principalmente por petróleo bruto e minérios. A Indústria de Transformação (+2,8%) e a Agropecuária (+2,4%), com destaque para a soja, também contribuíram positivamente. Nas importações, os produtos da Indústria de Transformação cresceram 2,3% no trimestre.

A China manteve-se como o principal parceiro comercial do Brasil, elevando significativamente sua participação como destino das exportações. Por outro lado, houve retração nos embarques para os Estados Unidos e Argentina no período. Este desempenho recorde foi sustentado pelo aumento da produção doméstica de petróleo e pelos preços favoráveis das commodities, atenuando os impactos da volatilidade geopolítica internacional.





GESTÃO DE INVESTIMENTOS

COMENTÁRIO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O mês de março foi bem desafiador para os portfólios. Com uma inflação atípica para o mês de 0,88%, nossa meta ficou em +1,36% frente a uma performance de +0,96%. Apesar de ser a melhor rentabilidade deste exercício, não foi o suficiente para entregar nossa obrigação atuarial. Neste trimestre, nossa margem segue negativa em -0,73% muito em função dos conflitos no oriente médio. Destes três primeiros meses, o mês de março foi o mês da inflexão e alta volatilidade nos mercados financeiros, encerrando o que vinha sendo um trimestre positivo com um choque geopolítico. O conflito direto envolvendo EUA, Israel e Irã no início de março alterou drasticamente a percepção de risco global. O S&P500 registrou em março sua pior sequência negativa em quatro anos. A lógica de mercado migrou do crescimento econômico para a preservação de capital, resultando em uma correção técnica após as máximas históricas de janeiro e fevereiro. Tanto o Brent como o WTI operaram sob forte pressão, ultrapassando a marca dos US\$ 100 por barril. O temor de interrupções no fornecimento pelo estreito de Ormuz foi o principal catalisador das expectativas de inflação global de curto prazo. Em sua reunião de 18 de março, o FED optou pela manutenção da taxa de juros no intervalo de 3,50% a 3,75%. Jerome Powell adotou um tom mais "hawkish" (rígido), sinalizando que o choque do petróleo poderia retardar o processo de desinflação, adiando novos cortes de juros. Nossa B3 também não ficou imune. O índice encerrou março com queda de -0,70%, fechando aos 187.461 pontos. Foi a primeira queda mensal desde julho do ano anterior. Os fatores exógenos como a política monetária americana e a aversão ao risco drenaram a liquidez do mercado doméstico, forçando uma realização de lucros em papéis de crescimento e varejo. O nosso Real sofreu pressão, com o dólar valorizando-se +1,36% no mês, oscilando em uma banda entre R\$ 5,13 e R\$ 5,32. O prêmio de risco Brasil subiu diante da incerteza sobre como o governo administraria os preços dos combustíveis internamente. Em 18 de março, o Copom reduziu a taxa Selic em 0,25%, para 14,75% ao ano. A decisão foi unânime, mas o comunicado foi extremamente cauteloso, citando explicitamente que o "ambiente externo tornou-se mais incerto" e que o cenário exige vigilância devido aos impactos secundários do petróleo na inflação doméstica. Nossa autoridade monetária também foi firme. Embora os fundamentos domésticos estivessem sólidos, fatores externo deram o tom da ata. Dado este contexto, nosso portfólio entregou os seguintes resultados parciais:

-Carteira de Renda Fixa (art. 7):

Nossa carteira de TPF fechou o ano correspondendo cerca de 83% de nosso PL, performando +1,44% no mês. Neste trimestre as NTN-B's com vencimentos em anos pares pagaram para o nosso instituto R\$61.063.287,88 na forma de cupons. O Comitê segue convicto que as NTN-B's são os ativos mais adequados para o nosso portfólio dado o seu risco, possibilidade de marcação na curva, fluxo de cupons trimestral e total aderência ao nosso passivo.

COMENTÁRIO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Os fundos do art.7, I, b, que alocam 100% de seu PL em TPF, que representam cerca de 7% de nosso PL como os fundos Trend da XP e BB, todos indexados ao CDI entregaram +1,22%.

O fundo enquadrado no artigo 7, III, a, o fundo TMJ IMA-B RF, que possui risco de crédito misto, representando cerca de 0,04% de todo nosso PL performou -2,74%. Já os fundos de crédito privado do art.7, V, a, que representam cerca de 0,2% de nossa carteira como os fundos Incentivo Multissetorial II e GGR Prime entregaram este mês +0,80% e -0,26%, respectivamente.

-Carteira de Renda Variável (art. 8):

Nossa carteira de fundos de ações é composta por apenas 6 fundos de investimentos. Todos os nossos fundos neste artigo estão enquadrados, e os seus gestores e/ou administradores estão presentes na Lista Exaustiva e, portanto, apesar da volatilidade apresentada por esta parte de nosso portfólio, os fundos são ativos sadios com prestadores de serviços de boa reputação no mercado. E por se tratar de uma carteira de ações, esta categoria não possui o risco de crédito, porém está exposto ao risco de mercado onde a marcação do preço de suas cotas varia ao sabor dos ventos da macroeconomia. Dado o contexto descrito acima, neste mês a carteira de ações que corresponde cerca de 3% de nosso PL entregou -3,61%.

-Carteira de Investimentos no Exterior (art. 9):

Os ativos de renda variável global de nosso portfólio com uma representatividade com cerca de 2% de nosso PL alocados em 9, II e 9, III com uma correlação inversa ao nosso Real entregaram -7,33% e -3,82%, respectivamente.

-Carteira de Fundos Estruturados (art. 10):

A carteira de fundos multimercados que representa cerca de 2% de nosso PL, nos puxou para baixo em -3,05%. Já os fundos de participação (art.10, II), que representam cerca de 1 % de nosso portfólio performaram +0,18% neste mês.

-Carteira de Investimentos Imobiliário (art. 11):

Os fundos de investimentos imobiliários que representam cerca de 0,6% de todo nosso portfólio entregaram 0%.


-Fechamento do Portfólio:

Desta forma, a performance para o último mês ficou em **+0,96%**, acumulando uma rentabilidade de **+2,66%** e fechando com um PL de **R\$ 4.427.069.604,06**.

Relatório Analítico

Retorno e Meta Atuarial

Março 2025

Enquadramento da Resolução CMN nº 4.963/21	Enquadramento	% da Carteira	Limites da Política - DPIN < MIN ; ALVO ; MAX >	% da Carteira
Títulos Públicos Federais	Art. 7º, I, a	83,26%	< 50% ; 70% ; 95% >	 <ul style="list-style-type: none"> Títulos Públicos Federais Fundo RF - 100% TR do Tesouro Nacional Fundo RF - Geral Fundo RF - FIDC - Direitos Creditórios Fundo RV - Ações Geral Fundo RV - Invest no Exterior - FI no Exterior Fundo RV - Invest no Exterior - FI BDR NIVEL I Fundo RV - Multimercado Fundo RV - FIP - Participações Fundo RV - FI - Imobiliário
Fundo RF - 100% TR do Tesouro Nacional	Art. 7º, I, b	7,43%	< 1% ; 5% ; 25% >	
Fundo RF - Geral	Art. 7º V	0,04%	< 0% ; 3% ; 20% >	
Fundo RF - FIDC - Direitos Creditórios	Art. 7º IX	0,23%	< 0% ; 1% ; 2% >	
Fundo RV - Ações Geral	Art. 8º, I	3,07%	< 0% ; 3% ; 15% >	
Fundo RV - Invest no Exterior - FI no Exterior	Art. 9º, II	1,58%	< 0% ; 3% ; 10% >	
Fundo RV - Invest no Exterior - FI BDR NIVEL I	Art. 9º, III	0,28%	< 0% ; 3% ; 10% >	
Fundo RV - Multimercado	Art. 10º, I	2,39%	< 0% ; 8% ; 15% >	
Fundo RV - FIP - Participações	Art. 10º, II	1,09%	< 0% ; 2% ; 8% >	
Fundo RV - FI - Imobiliário	Art. 11º	0,63%	< 0% ; 1% ; 5% >	

ACOMPANHAMENTO DE RECURSOS NO ANO

Período	Recursos	Contribuições	Pagamento de Benefícios	Comprev	Rentabilidade Mensal	Crescimento P.L. - (mensal)	Rend Médio Trimestral
Janeiro	R\$ 4.321.264.530,70	R\$ 34.728.681,39	R\$ 26.052.811,64	R\$ 4.916.963,41	R\$ 40.672.294,80	1,33%	0,88%
Fevereiro	R\$ 4.362.834.726,10	R\$ 35.646.799,98	R\$ 26.498.087,01	R\$ 3.015.406,35	R\$ 30.719.199,62	0,96%	
Março	R\$ 4.427.069.604,06	R\$ 35.994.447,31	R\$ 26.796.071,82	R\$ 13.976.006,48	R\$ 41.960.541,30	1,47%	
Abril	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Maior	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Junho	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Julho	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Agosto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Setembro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Outubro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Novembro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	
Dezembro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	

DESEMPENHO E INDICADORES

MÊS	IPCA		IPCA+5,80% a.a. (ACUMULADO)		DESEMPENHO DO PORTFÓLIO		
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	RENDIMENTO MENSAL	ACUMULADO	RENTAB. MÉDIA
Janeiro	0,33%	0,33%	0,80%	0,80%	0,95%	0,95%	0,95%
Fevereiro	0,70%	1,03%	1,17%	1,99%	0,71%	1,67%	0,83%
Março	0,88%	1,92%	1,36%	3,37%	0,96%	2,66%	0,88%

INDICADORES DE REFERÊNCIA

INDICADOR	MÊS	ACUMULADO
IBOVESPA	-0,70%	16,35%
CDI	1,21%	3,41%
DOLAR	1,36%	-5,14%
IPCA	0,88%	1,92%

Evolução



RESUMO DAS INFORMAÇÕES

RECURSO NO INICIO DO EXERCÍCIO	R\$ 4.264.368.875,78
TOTAL DE RECURSOS INVESTIDOS + SALDO EM CONTA CORRENTE	R\$ 4.427.069.604,06
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	R\$ 106.369.928,68
TOTAL DE RENDIMENTOS	R\$ 113.352.035,72
VARIAÇÃO DO P.L.	3,82%
META ATUARIAL ACUMULADA (IPCA + 5,80% a.a)	3,37%
RENDIMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM % ACUMULADO	2,66%
CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL NO PERÍODO	79%
VaR (252 dias)	1,40%

Este relatório visa dar publicidade à Carteira de Investimentos do IPRESB, contendo as informações do mês. A partir do mês 06/2022, iremos utilizar as APR's, sobre as movimentações dos fundos, emitidas pelo sistema do CADPREV. O Instituto possui contrato com a empresa Nelógica Sistemas de Software Ltda, CNPJ 05.898.757/0002-49 pelo período de 14/12/2025 a 13/12/2026, Valor: R\$ 1.420,87 mensal. Processo: nº 038/2025 contrato 21/2023. Valor referente ao COMPREV consta Regime Geral/Municipais e Estaduais e juros quando houver.



**INFORMAÇÕES DE
NOSSO PORTFÓLIO**

INFORMAÇÕES DE NOSSO PORTFÓLIO

O Comitê segue com um manejo mais conservador buscando alocar majoritariamente em títulos públicos federais enquadrados no art. 7, I, a da Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.963/21.



Figura 01 – Distribuição dos recursos garantidores por segmento da 4.963/21.

INFORMAÇÕES DE NOSSO PORTFÓLIO

Seguimos como o nosso principal parceiro o Tesouro Nacional além de bancos e Asset's de grande reputação sendo os maiores distribuidores de ativos no universo dos RPPS.



Figura 02 – Distribuição dos recursos garantidores por gestores.

INFORMAÇÕES DE NOSSO PORTFÓLIO

A nossa principal estratégia segue sendo o "IPCA+" estratégia que está fortemente correlacionada ao nosso passivo. Neste ano, pela primeira vez neste instituto, nossa carteira de TPF está acima do IPCA+6% ao ano. Nossas NTN-B's estão com uma taxa média ponderada de IPCA+6,40% ao ano. Frente a uma meta atuarial para 2026 de IPCA+5,80% ao ano



Figura 03 – Distribuição dos recursos garantidores por estratégia.

INFORMAÇÕES DE NOSSO PORTFÓLIO

Risco do portfólio.

O risco de nosso portfólio que é medido pelo VaR segue baixo e controlado. O Value at Risk amplamente utilizado e prevista em nossa Política de Investimentos quantifica a maior perda esperada para um horizonte de 252 dias úteis em um intervalo de 95% de confiança em condições normais de mercado. Trata-se de uma métrica de risco de natureza estocástica que mede o risco de mercado do tipo paramétrico. Iniciaremos o próximo trimestre com um VaR = 1,40%.



Figura 04 – Curva de risco do portfólio.